

# **O FENÓMENO DA PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA EM "ESTADOS ENFRAQUECIDOS": O CASO DE ANGOLA.**

Paoliello Tomaz.

Cita:

Paoliello Tomaz (2010). *O FENÓMENO DA PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA EM "ESTADOS ENFRAQUECIDOS": O CASO DE ANGOLA*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/832>

**O FENÔMENO DA PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA EM  
“ESTADOS ENFRAQUECIDOS”: O CASO DE ANGOLA**

**TOMAZ OLIVEIRA PAOLIELLO  
MAIO DE 2010**

## INTRODUÇÃO

Apesar do final de guerra em Angola em 2002, a segurança continua sendo a principal demanda do povo angolano. (SOGGE, 2007) Apesar disso, Angola enfrenta uma situação de baixa violência criminal. (SOGGE, 2009b) No caso de Angola esses dois dados, por incrível que possa parecer, não são contraditórios. Depois de uma guerra que se estendeu por quase 30 anos, Angola continua tendo a segurança como sua principal questão. O Estado angolano continua, mesmo sem enfrentar guerras, com sua soberania, sua capacidade de monopolizar o uso legítimo da violência em seu território, desafiada. Esse problema, que se insere na grande discussão sobre Estados frágeis e falidos, é uma constante na história de Angola.

Observando três grandes fases da história de Angola do ponto de vista da segurança e da geopolítica: a guerra pós independência, que aconteceu imersa na Guerra Fria; o desdobramento dessa guerra depois da paz de 1992 e do final da Guerra Fria, durante os anos 1990; e a paz pós 2002, o que podemos constatar é a permanência da insegurança e a incapacidade do estado angolano. O que já foi uma questão para as forças armadas, durante a guerra, passou a ser uma questão de segurança pública nos tempos de “paz”. A percepção de insegurança por parte dos angolanos, mesmo em tempos de “paz”, persiste. Tanto a polícia quanto as forças armadas são duas faces da mesma moeda quando se discute a capacidade soberana do Estado. Ambas são as manifestações de uma instituição que deteria, sozinha, a prerrogativa do uso da violência em seu território. O Estado angolano não conseguiu suprir satisfatoriamente essa demanda e proteger seus cidadãos nem em tempos de conflito “político” nem em tempos de “falta de ordem”. Ao considerar historicamente a situação em Angola, o fim da guerra não significou o fim da fragilidade do Estado, mas sim sua permanência de forma diversa.

Hoje, depois de quase uma década do final da guerra, Angola continua figurando nas posições de destaque do Índice de Estados falidos. A fragilidade do Estado angolano é, portanto, uma situação que perdura desde sua independência. Essa fragilidade se manifesta de formas diferentes em diversos períodos, mas sua manifestação mais básica segue sendo o fato do Estado não conseguir cumprir sua atribuição mais básica, manter vivos e seguros os seus cidadãos. Angola é, por exemplo, primeiro lugar em número de mortes relativo ao número de habitantes.<sup>1</sup> O dado é assustador se pensarmos que Angola não enfrenta um conflito armado, ao contrario de outros países que apresentam menor mortalidade, como o Afeganistão. As mortes continuam uma marca de Angola, apesar da guerra ter se encerrado.

Ao mesmo tempo em que enfrenta graves problemas de desenvolvimento estatal, demonstrado pela posição crítica em diversos índices de desenvolvimento humano, a economia angolana era a quarta que mais crescia no mundo em 2009.<sup>2</sup> A incompatibilidade entre o desenvolvimento econômico e a falta de segurança generalizada parece, num primeiro momento, um dado contraditório. Angola é um país que consta, concomitantemente nas listas de “Estados emergentes” e “Estados em alerta”. (LEADER; COLENZO, 2005) Como é que num território supostamente mergulhado em caos, onde o governo não demonstra capacidade de exercer sua soberania, pode haver tamanho crescimento econômico? O crescimento econômico é, aliás, o número que garante que Angola não esteja entre os primeiros colocados no índice de estados falidos.<sup>3</sup>

As respostas para esse conflito de informações estão intimamente ligadas a forma como se desenvolveu a arquitetura de poder em Angola, principalmente no que se refere às especificidades da forma como se desenvolveu o panorama da segurança no país. Como veremos, a garantia de segurança para o desenvolvimento econômico em Angola não significa que o povo angolano também se beneficie desse serviço. Por especificidades da economia angolana, a

<sup>1</sup> IndexMundi – Angola death rate (fonte: CIA World factbook) [http://www.indexmundi.com/angola/death\\_rate.html](http://www.indexmundi.com/angola/death_rate.html)

<sup>2</sup> IndexMundi – Angola GDP – real growth rate (fonte: International Monetary Fund) [http://www.indexmundi.com/angola/gdp\\_real\\_growth\\_rate.html](http://www.indexmundi.com/angola/gdp_real_growth_rate.html)

<sup>3</sup> Foreign Policy - The Failed States Index 2009:

[http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/2009\\_failed\\_states\\_index\\_interactive\\_map\\_and\\_rankings](http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/2009_failed_states_index_interactive_map_and_rankings)

segurança pode ser focada apenas para a manutenção dos locais interessantes. Mais perverso do que esse dado, porém, é o fato de o desenvolvimento econômico angolano, focado na exploração de petróleo, prescindir de ampla força de trabalho para o seu desenvolvimento. Ao contrário de outros países, onde o controle do poder econômico está intimamente ligado ao controle das populações responsáveis pela produção, Angola pode continuar a explorar seus recursos naturais sem que essa atividade tenha laços necessários com o povo angolano.

Durante trinta anos, tanto o Estado “controlado” pelo MPLA quanto a guerrilha opositora, a UNITA, sustentaram uma guerra com altos gastos, baseados na exploração de um país duramente atingido pelo conflito. O apoio maciço do exterior pode ajudar a explicar a capacidade de manter um conflito desse tipo em atividade por tanto tempo, mas não esgota o tema.. O conflito em Angola durante a Guerra Fria está intimamente relacionado à disputa geopolítica bipolar global e também à atuação das potências regionais. Nos anos 90, no entanto, com o esvaziamento do conflito ideológico da Guerra Fria, as duas partes, MPLA e UNITA, conseguiram manter a guerra apesar da ausência de grandes forças internacionais diretamente envolvidas, usando de dispositivos próprios dos “novos conflitos” para desenvolver sua guerra. A exploração de uma economia de guerra e a privatização de parte das atividades da guerra, através de mercenários e “empresas militares privadas”, estão intimamente ligadas e são dois fatores fundamentais no conflito em Angola e ainda pouco debatidas.

Angola é um caso especial a ser analisado, por apresentar a continuidade da fragilidade estatal combinada a uma grande importância na economia global de seus recursos naturais, em três momentos que apresentam ambientes internacionais completamente diversos e complexos. Mesmo envolvida durante quase trinta anos em uma guerra extremamente violenta, Angola manteve e se sustentou de suas exportações de diamante e principalmente de petróleo. O fato de ter conseguido manter o crescimento econômico e a exploração econômica concomitantemente a uma guerra civil, sobreposta a um Estado amplamente ineficaz está intimamente ligado à forma como se desenvolveu o panorama da segurança no país. Nos dias de hoje, apesar de apresentar uma situação social calamitosa e um Estado amplamente ineficaz, apresenta índices de crescimento econômico entre os maiores do mundo. Pretendemos, portanto, investigar como se desenhou a situação de Angola nos seus quase 35 anos de história independente, tentando enxergar como se mantiveram no poder grupos que se beneficiaram da riqueza dos recursos de Angola, ao mesmo tempo em que puderam minimizar suas obrigações perante o povo angolano.

### *Estados Frágeis e Estados Falidos*

A ordem pós Guerra Fria fez suscitar novos temas à agenda de pesquisa das Relações Internacionais. Com o colapso da União Soviética, novas dinâmicas e novos fenômenos se tornaram de essencial importância nos debates. Entre elas, uma merece destaque, o lugar de “Estados falidos” e sua importância no sistema internacional. Esse tópico já foi explorado sob diferentes nomenclaturas, entre elas “Estados enfraquecidos”, “Estados em colapso” ou “Estados fracassados”. Todos esses conceitos descrevem, em variados discursos, estágios ou configurações diferentes de um fenômeno, em linhas gerais, semelhante: a perda da capacidade fundamental do Estado de exercer suas funções e desígnios. (DUFFIELD, 2008)

Na definição de Max Weber, o Estado essencialmente é uma organização que detém o monopólio do uso legítimo da força dentro de um determinado território (WEBER, 2004: p.60). Os Estados falidos são Estados que perderam, por quaisquer motivos, a capacidade de exercer basicamente seus desígnios de Estado, ou seja, exercer o monopólio do uso da força dentro de um território. A proporção na qual esse fenômeno ocorre varia de caso a caso, assim como a proporção de controle do Estado considerada em cada análise, mas os sintomas que demonstram a existência de tal fenômeno parecem ser sempre considerados de acordo com a atribuição fundamental do Estado formulada por Weber.

O termo “Estado falido” é inicialmente divulgado no princípio dos anos 1990 e expressa exatamente a incapacidade do Estado ou, de certa forma, a antítese do que se costuma considerar

Estados “eficazes, exitosos ou robustos”. O fato de o conceito ter sido cunhado no contexto do pós-Guerra Fria não significa, de forma alguma, que o fenômeno da fragilidade estatal não existisse antes disso. Significa, sim, a entrada do tema na agenda internacional como um problema central. Como veremos, Angola já apresenta dados característicos da fragilidade estatal desde sua independência.

O termo “Estado frágil” é uma atualização do que antes se designava Estado falido e representa menos uma mudança no fenômeno em si, do que uma mudança na forma como a comunidade internacional enxerga o território sem governo. (DUFFIELD, 2008: p.1) Esta mudança acompanha a retomada da atenção a territórios sem governos com o aumento da preocupação com o terrorismo. A descrição de Estados frágeis é um tanto ampla, e inclui “Estados que não tenham poder total sobre seu território (ex. Nepal), estejam ainda em situação de conflito armado (ex. Sudão), passem por instabilidade política (ex. República Centro Africana) ou estrutura de governança disfuncional”. Pode ainda incluir “governos isolacionistas que não estão dispostos a formar parcerias em busca do desenvolvimento (ex. Zimbábue) ou países cujas elites estão pouco comprometidas com o combate à pobreza (ex. Angola)”. (LEADER; COLENZO, 2005: p.10)

Estima-se que hoje 16% da população mundial viva em Estados frágeis e que somados, estes Estados representam “35% da pobreza mundial, 44% da mortalidade materna, 46% das crianças sem escolarização e 51% da mortalidade infantil antes dos 5 anos”. (LEADER; COLENZO, 2005: p.9) Os Estados da África sub-saariana são os casos mais citados, e até hoje costumam figurar no alto das listas<sup>4</sup> de Estados falidos como os mais perigosos. Juntam-se a esses alguns Estados do Oriente Médio, do sudeste asiático e do Caribe que passaram ou passam por conflitos armados, e onde a capacidade do Estado esteja amplamente comprometida. A idéia correntemente defendida em artigos que tratam do assunto é que os espaços onde se encontram os mencionados Estados frágeis são terras sem lei, mergulhadas em caos, e onde é necessária intervenção externa para a reconstrução do Estado.

### *Estados Falidos, Sociedade Falidas?*

Mais recentemente, após os atentados do 11 de Setembro e as intervenções militares dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão, houve uma reaproximação do tema dos Estados falidos, e entra em debate a questão da profundidade da anarquia em Estados considerados falidos. Muitos Estados que emergem de guerras civis e são posteriormente considerados incapazes ou fragilizados, se encontram, na realidade, em situações que embora pareçam de ausência de ordem, estão “funcionando” em um equilíbrio que, em alguma dimensão, prescindem do Estado. Diversos autores (DUFFIELD, 2008; MÜNKLER, 2005; RAEYEMAEKERS, 2008) pontuam o fato de que a ausência de um Estado efetivo pode não significar o caos, e que soluções que não a formação de um novo “Estado europeu moderno” podem suceder o colapso. Charles Tilly (2006, p.2), por exemplo, defende que dificilmente a situação do terceiro mundo no século XX se parece com a da Europa nos séculos XVI e XVII. Por esse motivo não deveria se esperar o mesmo desfecho dos processos atuais e da formação dos Estados na Europa moderna. Para o autor, a experiência da formação dos Estados europeus serviria mais para pontuar diferenças do que semelhanças com processos atuais.

Raeymaekers (2008) define algumas situações pós-colapso do Estado como de “nem paz nem guerra” em oposição à uma ordem democrática com um Estado estabelecido. Segundo o autor, esse tipo de cenário foge às capacidades analíticas tanto de vertentes estatocêntricas, quanto de perspectivas orientadas à sociedade, presas ainda à problemática da debilidade do Estado. A hipótese com que o autor trabalha é que na ausência de uma força que mobilize recursos suficientes e condense as capacidades necessárias para a instituição de um Estado, a luta pelo controle da sociedade siga pendente e o desenho de poder se disperse em diversos pólos. O autor avança em sua análise ao propor que um Estado falido não necessariamente acompanha uma “sociedade falida”. O quadro de um Estado falido, que descrevia um cenário onde não há um contrato social satisfatório,

<sup>4</sup>

Foreign Policy - The Failed States Index 2009:

[http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/2009\\_failed\\_states\\_index\\_interactive\\_map\\_and\\_rankings](http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/2009_failed_states_index_interactive_map_and_rankings)

ou onde há uma situação pré-hobbesiana, com grupos armados não-estatais, não precisa ser necessariamente considerado caótico. Segundo o autor, com a introdução da possibilidade de contratação de empresas de segurança privada, além da constituição de forças militares “anteriormente” criminosas perante o potencial Estado (guerrilhas, clãs, tribos etc.) o vácuo de poder deixado pelo Estado pode ser ocupado de forma dispersa<sup>5</sup>, criando uma situação nova. Como poderemos ver, esse tipo de cenário é uma descrição válida para um grande período da história angolana.

A hipótese de que um Estado falido não esteja “vazio” de organização política é apoiada pelo valor que tais regiões representam economicamente. Estimava-se, em 2003, que 60% das reservas de petróleo do mundo estivessem localizadas nos chamados Estados frágeis. (DUFFIELD, 2008: p.5) Podemos acrescentar a isso o fato de que diversos dos Estados considerados falidos são ricos em minerais e pedras preciosas (notadamente o diamante na África) ou encontram-se em vastas regiões férteis. (KEEN, 2007) Tal montante de recursos chama a atenção e faz surgir a dúvida sobre se realmente tais espaços estariam desprovidos de quaisquer organizações ou grupos com capacidade para mobilizar e viabilizar a exploração de tais recursos.

Dentre diversos fenômenos observados dentro dos territórios de Estados enfraquecidos, podemos observar, portanto, um crescimento da atuação de forças que suprem a ausência do Estado em sua atribuição fundamental de prestador único do “serviço” de segurança. Além de guerrilhas, grupos armados, rebeldes e outras organizações políticas não estatais com capacidade militar, podemos observar também a presença de empresas que fornecem o serviço de segurança através de contratos. Diversos Estados convivem com a atividade de forças de segurança a serviço de empresas, grupos, facções, senhores da guerra ou mesmo do próprio Estado. Esse emprego de forças terceiras pode ser tanto observado nos casos de “Estados fortes” ou “robustos” quanto no caso de Estados falidos. O que parece ser comum é que o terreno onde serão empregadas essas novas forças são, quase constantemente, os “novos conflitos”, travados em áreas não governadas de “Estados enfraquecidos”. (MÜNKLER, 2005)

### *Privatização da Segurança*

O fenômeno da privatização de forças militares ganhou relevância com o crescente emprego de “contratados” na ocupação da coalizão liderada pelos EUA no Iraque, processo de rápido crescimento, se considerarmos que os Estados Unidos abriram a possibilidade de concorrência em contratos de segurança pela primeira vez em 1986. (ISENBERG, 2008) Estima-se que 1 em cada 10 soldados em atividade nesta guerra em 2003 fossem provenientes de companhias privadas. (HOLMQVIST, 2005: p.23) Estima-se que o Departamento de Estado gaste 4 bilhões de dólares anualmente com contratos de segurança privada. (SCAHILL, 2008: p.56) Embora não seja possível obter números exatos, é possível que o número de soldados “privados” no Iraque já tenha superado o número de soldados ingleses na mesma coalizão. Tal processo chamou a atenção de analistas, que já se referem à atual guerra no Iraque como a “primeira guerra privatizada”.<sup>6</sup>

O uso de mercenários em conflitos não é um fenômeno novo. Caroline Holmqvist (2005) defende que, contrariando a definição de Weber (2004, p.60) para o Estado, raros foram os momentos na História em que o Estado realmente gozou de exclusividade militar. Mas o caráter que as novas empresas de segurança dão às atividades parece não ter precedentes, ainda mais se consideradas as circunstâncias enfrentadas nos Estados enfraquecidos. Os mercenários são empregados, tradicionalmente, em atividades militares próprias de “guerras tradicionais” no sentido jurídico que conhecemos. Segundo Weber, o Estado é “a única fonte do direito à violência” (2004, p.60) então, mesmo que não sendo responsável direto pelo uso da força, apenas o Estado poderia legitimar o uso da violência por outros atores. As características das “novas guerras”, travadas em

<sup>5</sup> Ver também DUFFIELD, Mark. “Continuar matando: Gobernación global, humanitaris mo y terror” *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Núm. 3, Outubro de 2005.

<sup>6</sup> ‘Military-industrial complexities’, *The Economist*, 29 Mar. 2003, p. 56. apud HOLMQVIST, Caroline. “Private Security Companies: The case for Regulation” SIPRI Policy Paper, Núm. 9, 2005

território não governado, abre um novo espaço para a atividade de grupos com capacidade para o exercício de funções militares e policiais que não o Estado.

A mudança fundamental entre os “mercenários clássicos” e os “mercenários contemporâneos” é que, enquanto o primeiro grupo ficou relegado quase em sua totalidade à atividade criminosa, (HOLMQVIST, 2005: p.4) o segundo se organiza através de estruturas corporativas, de forma a se tornarem provedores do serviço de segurança, gerando uma “indústria da segurança”, podendo mesmo ser denominadas “empresas de segurança privada”. Diversos fatores de oferta e demanda podem ser pontuados como deflagradores do aumento na quantidade de “empresas de segurança privada”, mas geralmente três fatores são mais citados. Em primeiro lugar, a predominância de modelos liberais de estado no pós-Guerra Fria, com ampla tendência a terceirizar serviços centrais do Estado. Em segundo lugar, a diminuição drástica nas forças militares dos países, abrindo a possibilidade de contratação de militares já treinados e finalmente, o gradual afastamento de atividades das grandes potências de partes do Terceiro Mundo. (HOLMQVIST, 2005: p.2)

O choque causado pelo final da Guerra Fria talvez seja o grande divisor de águas no que se refere à privatização da segurança. No período do conflito, a maioria das guerras do terceiro mundo eram incorporadas pelo conflito sistêmico, ou seja, os grupos rivais se alinhavam com um dos dois blocos, e se tornavam, dessa maneira, uma força que representa uma sobreposição dos interesses locais com o conflito ideológico e os interesses das superpotências. Situações de típica oposição de grupos locais eram potencializadas pelo envolvimento dos blocos. Com a queda da URSS, os conflitos locais, que antes tinham uma roupagem ideológica, se desnudam para revelar uma face mais ligada ao jogo de poder local. Nesse mesmo sentido, a fragilidade dos grupos envolvidos fica evidente quando se retiram os fluxos de apoio logístico, de material bélico e de financiamento provenientes das grandes potências. As partes envolvidas raramente possuem os meios para manter o mesmo nível do conflito que vinham conduzindo, fato que pode resultar, ou no fim da guerra e na perseguição de outras formas de competição política, ou no redesenho do conflito, baseado na nova configuração do ambiente em que se encontram.

O uso de forças mercenárias em “guerras estatais tradicionais”, ou o recurso da “terceirização” da atividade militar estaria limitado ao período do conflito e deveria se extinguir tão logo se encerrasse a guerra. (MÜNKLER, 2005: p. 2) Além disso, seria natural que nesses casos os contratados estivessem a serviço dos Estados, e submissos à sua organização e objetivos. Nesse caso, o uso de “mercenários” é totalmente ligado à “razão de Estado” e à própria natureza da soberania quando em situação de guerra. As forças extras estão lá para complementar a capacidade beligerante do Estado, o único legitimamente “autorizado” a conduzir guerras. No caso de guerras civis, o caso parece ser basicamente o mesmo, já que se empregadas pelo Estado, as forças terceirizadas estarão seguindo sua mesma atividade de complementariedade das capacidades beligerantes do Estado, e no caso de serem empregadas pela facção “rival” do Estado, serão enquadradas como criminosas em sua atividade anti-estatal. Em todo caso, o Estado manteria o seu caráter de monopolizador da prerrogativa de fazer a guerra.

A primeira mudança básica no caráter do emprego de forças não estatais em conflitos ou guerras é o fato de elas não mais responderem necessariamente a um Estado. O uso prévio de mercenários estava sempre relegado à criminalidade ou submetido à prerrogativa do Estado de fazer a guerra. Os conflitos em territórios de Estados falidos são em parte novos<sup>7</sup> porque introduzem a predominância de atores paraestatais ou mesmo privados na atividade da guerra. O Estado não é mais monopolizador da atividade de guerra e passa a dividir a capacidade de “efetuar” a guerra com diversos outros atores que transitam num território onde não existe um Estado que deslegitime sua atividade. O caso de Angola se mostra mais complexo, pois o Estado parece muitas vezes ser complacente com a violência de outros grupos além de sua esfera. A guerra civil, principalmente nos anos 1990, tomou uma forma em que o Estado angolano se acomodou, de certa maneira, com a

---

<sup>7</sup> De acordo com Münkler seriam mais antigos do que novos, apresentando características similares às dos conflitos anteriores à estatização da guerra. O que o autor sugere é que esses conflitos tenham características semelhantes, por exemplo, às da Guerra dos Trinta Anos.

situação de “soberania dividida”.

A segunda mudança de caráter da terceirização da segurança nos casos dos Estados enfraquecidos, citada na primeira parte do texto, está no fato de o uso desse tipo de atividade ter sido deslocado de seu caráter temporário para uma forma de ordem estabelecida. Nesse contexto, o que podemos observar é que, à luz do que propõe Rayemaekers (2008), a privatização<sup>8</sup> da segurança possibilitou a instituição de uma situação de “nem paz nem guerra” em que o Estado está parcialmente ausente. O problema vai, portanto, para além da capacidade de guerra, a ponto de comprometer o que consideramos um outro monopólio “básico” do Estado, a segurança. Os conflitos civis ocorridos em Estados fracos levam a um colapso do Estado, que a partir daí permite o aparecimento da exigência da reconstrução, que passa, naturalmente, pela retomada da atividade econômica e, para tanto, a garantia de segurança para levar adiante tal atividade.

O que se observa em diversos dos Estados “pós-colapso” é que, embora não ocorra uma retomada das fundamentais atividades estatais, ou seja, não ocorra uma retomada da soberania, o país volta a crescer economicamente e explorar seus recursos. Grupos armados continuam dominando regiões do país, o Estado não tem capacidade de garantir a segurança e combater altos níveis de criminalidade e mesmo assim a sociedade, que se julgava “debilitada”, parece se reconstruir. (RAEYMAEKERS, 2008) Em alguns casos, embora não se considere o fim do conflito, as perdas humanas baixam relativamente e o crescimento econômico volta a ocorrer. Ainda em outros casos, a “ordem” que sucede a guerra não é necessariamente a reconstrução do Estado, e mesmo assim o conflito propriamente dito parece sessar. O que parece acontecer em diversos casos é que a sociedade se organiza sem obrigatoriamente reconstruir um novo Estado que represente aquele território. A privatização da segurança é uma resposta à falta de uma instituição que garanta a segurança para o desenvolvimento da atividade sócio-econômica. (DUFFIELD, 2008)

Em situações mais “extremas”, o poder está disperso, baseando-se em diferentes atores, de acordo com cada caso. Em locais onde a guerra não sessa, ou as já referidas situações de “nem paz, nem guerra”, o que parece haver é uma situação na qual a guerra se torna a atividade preferível a outras soluções. Em diversos casos citados em artigos (DUFFIELD, 2008; MÜNKLER, 2005; TILLY, 2006) gerou-se uma “economia de guerra”, situação na qual grupos lucram e garantem um status através da manutenção do conflito ou do que para o “Ocidente” percebe como sendo um conflito. A mobilização dos recursos provenientes de ajuda humanitária ou o subjugo de populações ao poder bélico de grupos são exemplos de formas de captar recursos que não seriam acessíveis com um Estado soberano efetivo em funcionamento no determinado território.

De encontro com o que propõe Chabal (2007: p.11) a guerra se tornou uma opção menos onerosa do que outros “métodos políticos”. Essa situação suspenderia o sentido com o qual Clausewitz definiu a guerra. (2003: p.27) O que se observaria, no caso de realmente estar acontecendo tal fenômeno é que a guerra deixa de ser “a realização das relações políticas por outros meios” e se tornaria uma opção à instituição destas relações. A guerra pode ser, por exemplo, um meio para se evitar o estabelecimento de um Estado, e das relações políticas decorrentes de sua instituição. Pode ainda manter uma “economia de guerra” que satisfaça alguns grupos que dela se beneficiam. Nesse cenário, a guerra teria se tornado, para os grupos detentores do poder, um fim e não mais um meio, como defende Clausewitz. A guerra não significaria um meio complementar à política, mas a nova forma de política em determinado território, para o qual a política na presença do Estado, esta sim, se torna uma opção.

Mais importante do que isso, é considerarmos que a guerra é introduzida, da arena da

---

<sup>8</sup> O caso de nos referirmos a uma privatização da segurança se aplica mais evidentemente aos chamados “Estados fortes” ou “robustos”. É nesses casos que existe um serviço a ser terceirizado. Nos espaços dos quais estamos tratando, a possibilidade de usar o termo privado é complicada pelo fato de que não existe um Estado para que seja possível a concretização da dicotomia público/privado. A privatização se refere ao simples fato de não ser controlada pelo Estado ou pela esfera pública

política internacional, para o ordenamento interno de cada território.<sup>9</sup> A capacidade de fazer a guerra foi “pulverizada” para os diversos atores envolvidos e a legitimidade, essencial para o Estado, deixa de ser um prerequisite para a utilização da violência tão logo o Estado deixe de estar envolvido no conflito. O Estado, que possui a capacidade tanto de legitimar um conflito, ao entrar em combate com algum outro estado, quanto de deslegitimar, ao definir quem são atores criminosos ou as guerras injustas, deixa de fornecer o parâmetro para a avaliação de tais conceitos. Embora o fenômeno das guerras “sem Estados” exista de fato, as categorias utilizadas para classificar guerras ainda estão totalmente vinculadas e dependentes da presença do Estado. (MÜNKLER, 2005: p. 1)

Em casos mais “estáveis”, onde se gera riqueza suficiente para garantir um nível maior de segurança, é mais evidente o caso de elites e grandes empresas com capacidade para contratar empresas que forneçam segurança. Novamente o que parece ocorrer é que a reconstrução de um Estado implicará em mais problemas, ou será mais “onerosa” do que a solução do problema da segurança através de meios que não o Estado. Em Estados de Terceiro Mundo, que constantemente sofrem com altos graus de corrupção e alta suscetibilidade à crises e à instabilidade, a privatização da atividade da segurança pode ter acabado se tornando, além de politicamente mais simples, também economicamente e estrategicamente mais viável para atores com capacidade de patrocinar tal atividade.

Não podemos também deixar de considerar, além em ambos os casos, um terceiro no qual a sociedade tenha, realmente, uma debilidade que a impediu de reconstruir um Estado, e portanto lançou mão de um desenho interno de poder que não pudesse nem mesmo minimizar os problemas causados por uma ausência do Estado. Nessa circunstância de privatização, embora não mais a “menos onerosa”, a situação pode ter sido a mais “prática” ou até mesmo a única para a proteção de ao menos uma parcela da população.

Observando a história de Angola independente, poderemos observar, em contextos distintos, diversos dos quadros aqui expostos. Angola é um caso rico de exemplos de diferentes configurações de poder, com causas e resultados distintos. Num primeiro momento Angola era um Estado esvaziado pela retirada dos portugueses, que deixaram aberta a disputa sobre quem dominaria o Estado angolano. A partir daí, diversos contextos internacionais influenciaram a forma como os diferentes grupos detentores do poder se comportariam, criando desenhos de poder que permitiam que cada um desses grupos operasse de acordo com interesses distintos. Ao mesmo tempo é possível observar como a constante fragilidade do Estado angolano foi construída de acordo com interesse dos dirigentes. O abandono do Estado angolano, como veremos, e de acordo com o que acabamos de discutir, favoreceu a criação de um sistema de poder baseado no partido MPLA, que se favoreceu amplamente da incapacidade do Estado.

## ANGOLA

### *Origens da guerra e o conflito na lógica da Guerra Fria*

O governo português não teve um plano consistente de transição na independência de Angola. A opção foi por deixar o poder “compartilhado” nas mãos dos três grupos que lideraram o movimento para independência, e que já ocupavam, mesmo que não efetivamente, o vácuo de poder que seria deixado pelos portugueses: o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola). Os três grupos estavam estabelecidos, cada um deles, em regiões distintas de Angola. Cada um desses grupos recebia também apoio internacional de origens distintas, usando a dicotomia ideológica da Guerra Fria para arrecadar fundos. A FNLA ao norte, foi o primeiro cliente do Ocidente, principalmente dos Estados Unidos, através do apoio do Zaire de Mobutu. Ao

---

<sup>9</sup> A dicotomia interno/externo está amplamente comprometida nos casos dos quais tratamos, já que a “divisória” fornecida pelo Estado para o que seria uma atividade de política interna ao Estado ou externa entre Estados foi rompida. O que é interno nesses casos é fundamentalmente qualquer coisa que ocorra nos limites do território onde antes se encontrava o Estado.

sul, a UNITA buscava apoio externo, primeiramente se filiando à corrente maoísta, mas logo buscando também o apoio ocidental. O terceiro grupo, o MPLA, baseava-se na região central próxima ao litoral e nas grandes cidades, e se beneficiou do apoio do bloco da União Soviética e principalmente de Cuba.

Os três grupos já lutavam pela independência de Angola desde 1961, mas eram movimentos guerrilheiros pequenos, que ofereciam um desafio apenas moderado ao controle português. Baseados em regiões e etnias distintas, não demonstraram capacidade de cooperar desde a época da guerra contra Portugal. A queda do regime salazarista em Portugal desencadeou a independência das colônias, em 1975. Os três grupos que lutavam pela independência de Angola se armaram rapidamente para tentar obter a supremacia antes da retirada de Portugal. Com a independência, a África do Sul invadiu o país, pelo sul, numa tentativa de desestabilizar um possível regime marxista em um vizinho poderoso, que poderia ameaçar a sua supremacia local, e desestabilizar sua situação de dominação na Namíbia. O Zaire, pelo norte, apoiando a FNLA, tentou também chegar a Luanda, mas foi o MPLA, apoiado por presença massiva de tropas cubanas, que conseguiu garantir a ocupação da capital e reverter as perdas para o Zaire e a África do Sul. (MINTER, 1998: pp.24-26)

Embora o ponto nesse artigo seja a relação entre o panorama da segurança e a economia política de Angola, é muito difícil que justifiquemos o início da guerra por motivos econômicos. As maiores influências foram o panorama desenhado durante as guerras de independência, onde três grupos dividiam o poder, incapazes de cooperar, somada à influência internacional, tanto sistêmica, quanto regional, evidenciada pela atuação de duas potências da região, o Zaire e a África do Sul, que tentavam, cada um por seu lado, instalar no governo partidos que se alinhassem com seus interesses. (HODGES, 2004: p.9) Os grupos, incapazes de se impor, buscaram, cada um deles, se alinhar de acordo com as tensões regionais e globais, para obter meios que permitissem vencer seus concorrentes. A economia colonial funcionava principalmente baseada na colonização portuguesa, ao redor da produção agrícola para exportação. O principal produto de exportação era o café, mas haviam também diversos setores industriais em crescimento em Angola antes da independência. Os recursos minerais fundamentais para a análise que desenvolveremos, o diamante e principalmente o petróleo, ainda não eram parte fundamental da economia angolana.

Os grupos que lutaram pela independência, em vez de se organizarem para ocupar o poder de forma democrática optaram por iniciar uma guerra em busca da conquista do Estado. Parecia bem mais atraente a idéia do “vencedor leva tudo” apresentada no horizonte do conflito do que qualquer solução resultante do compartilhamento do poder. Essa decisão era agravada pela dicotomia ideológica que se construiu entre os grupos. Embora essa contradição não estivesse presente na formação dos grupos concorrentes, abandonar o posicionamento ideológico significaria perder os importantes aliados externos. O MPLA, controlador da capital Luanda, tinha como mais natural a reivindicação do “Estado”, e se declarou o governo de Angola independente. As outras duas partes, UNITA e FNLA, no entanto, se colocavam como as legítimas mercedoras da herança do Estado angolano português, seja por seu papel na guerra de independência, seja por sua posição internacional. Os dois grupos apoiados pelo ocidente reivindicavam serem guerreiros da liberdade, contra a opressão do MPLA ligado à União Soviética. Embora os três já estivessem há tempos lutando pelo poder em Angola, nenhum deles foi efetivamente responsável pela derrota portuguesa, assim como também não conseguiram mobilizar recursos suficientes para construir uma supremacia capaz de submeter os outros grupos e a totalidade da sociedade. (MINTER, 1998: p.23)

O MPLA, por estar sediado na capital e em outros grandes centros, herdou o sistema burocrático do antigo Estado colonial português. Isso não significou, no entanto, que o MPLA tivesse o controle efetivo do Estado. Além do desafio interno da guerra civil, que dividia o território angolano em zonas controladas ou amplamente ameaçadas pelos diferentes grupos em conflito, havia também séria dificuldade em legitimar o regime internacionalmente. Na lógica da Guerra Fria, os grupos guerrilheiros pró ocidente se justificavam, conforme já mencionado, como combatentes da liberdade contra um regime comunista opressor. A falta de consenso quanto à legitimidade do governo da MPLA criava serias dificuldades em negociar ajuda para estruturar o

Estado angolano. As potências ocidentais estavam não preocupadas em “empoderar” o governo, mas sim em retirá-lo e substituir por um regime afinado com o seu alinhamento na Guerra Fria.

A situação de Angola durante a Guerra Fria, e principalmente nos anos que sucederam a sua independência, era bem mais complicada do que uma guerra civil em que um grupo desafia o Estado. O fato de o governo português ter “abandonado” o poder em Angola deixou um vácuo de poder que não pode ser ocupado por nenhum dos dois grupos. A burocracia estatal colonial era formada, em sua maioria, por imigrantes portugueses. Quando esses portugueses, mais de 300 mil, fugiram de Angola na iminência da guerra civil, não haviam nativos com a formação necessária para ocupar os postos abertos. De um Estado inexistente, Angola passou para um estado totalmente ineficaz, pela falta de pessoal qualificado para as funções, e ainda ameaçado por uma guerra civil com três partidos em oposição.

O Estado angolano foi primeiro esvaziado para depois nascer já como um Estado falido. O Estado angolano independente se iniciou, em 1975, como um corpo vazio. Sem a burocracia que o sustentava quando era uma colônia portuguesa, o Estado não foi derrubado e ocupado por uma força opositora, mas mais precisamente abandonado. A inexistência de um grupo que conseguisse mobilizar recursos suficientes para pacificar o território, somada a incapacidade do MPLA de, ou reestruturar ou fazer funcionar a antiga burocracia “deixada” pelos portugueses, fez com que o novo Estado angolano fosse fundado já falido.

O MPLA foi apoiado, desde 1975 por forças cubanas. As tropas cubanas, muito bem treinadas e capazes de utilizar as armas fornecidas pela União Soviética, foram peça fundamental na manutenção do poder do governo do MPLA. A atuação dos cubanos garantiu a resistência ativa contra as forças sul-africanas que atacavam pelo sul do país, e foram extremamente importantes, com o decorrer do conflito, ao garantir a segurança do bem mais precioso de Angola, os poços de petróleo. Sem a ajuda dos cubanos, as forças da MPLA não teriam sido capazes de derrotar os sul africanos que se aproximavam da capital, e as forças do Zaire e da FNLA, que até o final dos anos 1970 já haviam sido derrotadas, tornando-se um ator menos importante. Após a derrota da FNLA, a princípio o principal grupo apoiado pelo Ocidente, os esforços do bloco ocidental e do Zaire de Mobuto, com ele alinhado, passaram todos à UNITA, e seu líder Savimbi, que se tornou o guerreiro da liberdade contra o MPLA marxista. (MINTER, 1998: pp.34-40)

A dinâmica internacional em torno de Angola torna ainda mais complexo o quadro interno já altamente complexo descrito anteriormente. O Ocidente, e principalmente os Estados Unidos, dependentes de petróleo, haviam sofrido com o embargo da OPEP de 1973. Angola se tornou uma fonte interessantíssima para suprir a súbita escassez de óleo. De um produto menor na economia angolana, o petróleo logo se tornou o principal produto do país. Os poços eram controlados, no entanto, pelo governo do MPLA. A americana Gulf Oil explorava o petróleo em Angola, e necessitava da segurança fornecida pelos angolanos e cubanos. De acordo com seus interesses econômicos, a Gulf Oil apoiava e mesmo financiava o mesmo regime pró soviético que o governo americano tentava derrubar. Se olharmos de outra perspectiva, forças cubanas garantiam a segurança de uma empresa norte-americana na exploração de petróleo para venda ao bloco ocidental. (MINTER, 1998: p.200)

Esse tipo de contradição demonstra, por um lado, a importância dos recursos naturais angolanos, principalmente do petróleo, que gerou contradições que desafiam o alinhamento supostamente simples da Guerra Fria, ao mesmo tempo que demonstra que existem múltiplas camadas de interesse que se sobrepõe quando tratamos de Angola. Os interesses econômicos estão por trás de grande parte das ações que guiam os atores no cenário angolano, e a disputa fundamental pelo poder do Estado, entre MPLA e UNITA, poderia muito bem ser reduzida ao acesso ao tesouro mais valioso de Angola, os royalties provenientes da produção de petróleo. Como veremos adiante, a retórica ideológica que cercou o conflito durante os anos da Guerra Fria, seja ao justificar a batalha contra o regime branco de minoria na África do Sul, sejam os gritos de liberdade ou igualdade entoados por cada um dos lados, se mostraram de pouca relevância com a retomada do conflito nos anos 1990.

A situação de Angola nos anos 80 é considerada por diversos autores como uma fase

totalmente diversa da enfrentada nos anos pós independência. De fato, embora os grupos em conflito continuassem os mesmos, as mudanças na própria dinâmica da Guerra Fria, um período altamente heterogêneo, repercutiram gravemente na situação angolana. A União Soviética começa a reduzir seus esforços na África, ao mesmo tempo que os Estados Unidos, durante os governos de Ronald Reagan, se envolvem numa política externa mais agressiva contra os grupos ligados ao bloco comunista. Cuba tornava a situação mais complexa ao tentar firmar sua própria reputação internacional, independentemente da URSS. Na África do Sul, derrotada em Angola nos anos 70, manifestações em Soweto ameaçam a estabilidade do regime do apartheid, que ainda pode jogar com o apoio americano enquanto se estende a presença cubana na região. (BIRMINGHAM, 2002: p. 155)

Soma-se a essa situação externa, o fato de o governo angolano se reestruturar, abandonando as tentativas de construção de um Estado socialista clássico. O governo angolano passa, a partir de 1985, a criar uma forma de desenho político muito particular, que incluía privatização dos bens do Estado favorecendo membros das elites Estatais, liberalização do mercado, e por meio desta, a participação do próprio Estado em atividades “ilícitas” e no mercado informal. Era a situação única de Angola, que unia uma guerra civil internacionalizada, a riqueza proveniente da exploração do petróleo, que tornava possível esse quadro. O apoio da sociedade, tanto do lado da UNITA quanto do MPLA, se dava pela simples promessa de sobrevivência, sendo das ameaças do grupo opositor ou da miséria e da fome. O Estado angolano do período se constrói de forma a tornar a corrupção, que já era endêmica, em um processo sistêmico, institucionalizando, através do Estado, os mecanismos clientelistas. (MESSIANT, 2008: pp. 95-98)

Garantido o apoio interno, ao menos pelo seu lado do conflito, o partido MPLA passou, sistematicamente, durante os anos 80, a privatizar os bens do Estado para membros bem relacionados do partido. Nesse processo, ao mesmo tempo que se criou uma rede de dependências que garantiria o poder do Estado, beneficiando indivíduos e grupos ligados ao partido, foi possível também diminuir os gastos e obrigações do governo. O Estado perdeu poder e importância, mas o partido em si, muito bem colocado nos postos mais importantes das empresas, manteve e aumentou sua dominação no país. Os lucros do petróleo não precisariam ser reinvestidos em serviços públicos, agora todos privatizados, e poderiam ser convenientemente alocados, de acordo com os interesses da cúpula do governo. Os únicos gastos do governo, que de forma alguma eram pequenos, eram a importação de alimentos para as cidades, já que a guerra havia acabado com a produção local, e a manutenção das forças armadas para enfrentar a UNITA.

A situação da fragilidade do Estado em Angola no pós independência, formada pela incapacidade de tornar efetivo um modelo de Estado socialista somado ao conflito interno, se torna, a partir de meados dos anos 80, uma fragilidade planejada. A incapacidade de fato abre espaço a uma opção pela fragilização do Estado. As elites ligadas ao governo se beneficiam da riqueza gerada principalmente pelo petróleo, enquanto que elites aliadas se beneficiam do contrabando e do comércio ilegal. A guerra que dividia o país garantia o “apoio” ao Estado, não em termos de popularidade, mas pelas opções de sobrevivência que se apresentavam ao povo angolano. Com isso, não seria necessário que o Estado se mantivesse através de prestação de serviços ou desenvolvimento econômico a sua população. A sobrevivência fornecida pelo Estado (ou, pelo outro lado, pela UNITA) através da segurança contra o grupo opositor e da distribuição de alimentos, era suficiente para sustentar o Estado perante a sociedade. A luta ideológica havia deixado até de ser um mero pretexto, com a desconstrução do socialismo soviético instaurado pelo MPLA. A guerra, se mantida em intensidade moderada, sem riscos de derrota, se tornou o fator que legitimava a permanência dos grupos no poder, cada um por seu lado. A fragilização do estado era o meio pelo qual era possível o acesso aos bens públicos pelos membros da UNITA. Foi esse quadro o resultado de quase 15 anos de guerra durante a Guerra Fria. (MESSIANT, 2008)

### *Os anos 90 e a retomada da guerra*

Quando observamos o conflito em Angola, é comum destacarmos suas causas e

motivações sob a ótica da Guerra Fria. É claro que o conflito em Angola se deu amplamente influenciado pelas forças do período, mas se investigamos a permanência do conflito no pós Guerra Fria, fica muito difícil que justifiquemos sua existência simplesmente baseada no jogo geopolítico bipolar. Seria mais preciso dizer que as potências se utilizaram dos grupos de poder locais tanto quanto os grupos locais se utilizaram da Guerra Fria como forma de receber recursos do exterior e bancar sua tentativa de monopolizar o poder da força em seu território.

Com a aproximação do final da Guerra Fria, a União Soviética e os Estados Unidos, após encontro que tratava da independência da Namíbia, acordaram por apoiar um processo de paz em Angola. A União Soviética já vinha, sistematicamente, abandonando seus interesses na África. Os líderes da UNITA e do MPLA, assinaram, em 1991, em Portugal, um acordo de paz que previa o fim das hostilidades e a celebração de eleições. O tratado de paz na Namíbia, que incluiu Angola nas negociações, já havia incluído a retirada das forças cubanas de Angola e o fim da intervenção sul africana no conflito. A paz de 1991 foi resultado dessas mesmas negociações iniciadas pela União Soviética, Cuba, Estados Unidos e África do Sul sobre a Namíbia. (MINTER, 1998)

O acordo de paz de Bicesse tinha por objetivo, além da celebração de eleições, desmobilizar os 152 mil combatentes e integrar tanto combatentes da UNITA como forças do governo do MPLA, formando as novas FAA (Forças Armadas Angolanas). As eleições foram acompanhadas por observadores internacionais que as consideraram livres e legítimas pela ONU, que promoveu uma missão nesse sentido. O resultado foi a vitória do MPLA no congresso e de seu candidato, José Eduardo dos Santos, para a presidência. Com sua derrota, Jonas Savimbi levou o país de volta à guerra contra o MPLA.

A guerra que se iniciou após o fracasso das eleições era uma herança da guerra que se travou nos anos 70 e 80 envolvida em um ambiente totalmente novo. A disputa entre os blocos socialista e capitalista havia terminado, e junto com ela a tensão constante da expectativa de um conflito armado generalizado. A tendência global foi a diminuição das forças armadas, que incluía a liquidação de grandes arsenais. O mundo se encheu de armas a baixo custo e de fácil acesso, principalmente providas do leste europeu. Ao mesmo tempo que os combatentes angolanos perderam o apoio que recebiam das potências, encontraram grande facilidade em adquirir novas armas. Essa mesma tendência de diminuição das forças armadas na maioria dos países também liberou “no mercado” diversos militares altamente treinados, que agora estavam desempregados.

Uma diferença fundamental desse novo período da guerra é que, enquanto nas décadas anteriores os dois combatentes lutavam pela legitimidade do reconhecimento da comunidade internacional, no pós Guerra Fria formou-se um consenso de que o MPLA, vencedor das eleições, era de fato o representante legítimo de Angola, e a UNITA, antes amplamente apoiada pelo Ocidente, agora se tornava um ator “ilegal”, que convivia no limite entre um grupo de guerrilha, com fins políticos, e um grupo criminoso, que buscava apenas garantir e manter o acesso aos preciosos recursos da área que ocupava. Fica a dúvida de se já não seria esse um dos objetivos por trás de sua ação durante toda a guerra. O conflito sempre proporcionou um vultoso montante de recursos à UNITA, fosse pela exploração de diamantes, fosse pela ajuda internacional recebida. Com o fim da Guerra Fria, Savimbi continuou tendo acesso aos diamantes, mas perdeu os apoios fundamentais dos EUA e da África do Sul. (MINTER, 1998: pp.202-203; 215)

Com o fim da ajuda internacional nos anos 90, a única fonte de recursos da UNITA passou a ser a exploração de diamantes. As sanções internacionais contra o comércio de diamantes que financiava a guerra civil de pouco adiantavam. O governo do MPLA, que detinha a exclusividade de distribuição de licenças para mineração e comércio de diamantes muitas vezes comprava os diamantes extraídos pela UNITA e revendia como pedras “legais” no exterior. A contradição tem a ver com o alto grau de corrupção dentro do Estado, ligada à falta de unidade e controle. A situação demonstra, por outro lado, a falta de decisão em vencer a guerra contra a UNITA em comparação aos ganhos econômicos que essa mesma guerra trazia. Mesmo que as vendas de diamantes financiassem a continuidade da guerra, a situação de ilegalidade do comércio das pedras criava boas perspectivas de lucro para membros do MPLA. A UNITA não tinha força suficiente para sobrepujar definitivamente o MPLA e tomar o governo, tornando a situação

extremamente cômoda para os contrabandistas do lado do governo. O quadro fica mais evidente quando pensamos na situação de “nem paz, nem guerra” que se criou no final dos anos 1990, quando os dois grupos estabeleceram regiões de domínio mas não combatiam um ao outro com decisão, para vencer a guerra. O esforço para vencer a UNITA não valia os benefícios que a vitória poderia trazer. O comércio de diamantes já beneficiava membros do exército e do partido (embora não o estado angolano em si e muito menos o povo), e a guerra era a maneira pela qual era possível se beneficiar desse tipo de comércio, que não existiria em uma sociedade “pacificada”.

A situação inicial em 1992, favoreceu Savimbi e a UNITA. Logo após as eleições, o governo do MPLA não estava preparado para uma retomada do conflito. Já Savimbi havia conseguido comprar grandes quantidades de armas no leste europeu, principalmente da Ucrânia, graças ao dinheiro acumulado com as vendas de diamantes. Sem a ajuda dos cubanos, as FAA (forças armadas angolanas) não conseguiram conter a ofensiva da UNITA, que avançou até perto do litoral. A situação se complicou quando a UNITA tomou as instalações petrolíferas em Soyo, no litoral norte do país. Com a ameaça a sua principal fonte de renda, o MPLA procurou ajuda no exterior, e encontrou na empresa Executive Outcomes. A empresa sul-africana era formada principalmente por ex-combatentes das forças armadas da África do Sul, muitos dos quais lutaram em Angola contra o MPLA. Estima-se que com o fim da Guerra Fria e do regime do Apartheid mais de 60.000 soldados tenham deixado as forças armadas sul-africanas. A empresa foi contratada para retomar as instalações de Soyo, e o resultado foi que uma força de mais ou menos 80 homens venceu facilmente os combatentes da UNITA. Logo que os soldados contratados se retiraram, as forças rebeldes voltaram a tomar as instalações. Diante disso, o governo fechou, em 1993, um contrato de um ano e 40 milhões de dólares para que a Executive Outcomes treinasse uma brigada para combater a UNITA. O pagamento foi bancado por empresas ocidentais, e a garantia foram concessões de exploração de petróleo. (SINGER, 2008: pp.107-108)

O resultado foi um avanço tático incrível das forças armadas angolanas, que conseguiram trazer segurança às áreas produtoras de petróleo e retomar parte considerável das áreas de mineração de diamantes. As vitórias da força combinada da Executive Outcomes com as Forças Armadas Angolanas levou a assinatura, em 1994, da paz de Lusaka. A condição posta por Savimbi era de que a Executive Outcomes nunca mais operasse no país. O legado da operação da empresa em Angola foi a superioridade das forças armadas e uma posição privilegiada de acesso aos recursos do país. A importância da empresa foi incrível, e demonstrava o novo universo em que operava a guerra em Angola. A grande ironia é que a UNITA agora comprava armas de segunda mão do antigo bloco socialista, enquanto as FAA eram treinadas por antigos militares da África do Sul, contra quem haviam combatido alguns anos antes. O mercado da segurança não seguia mais, definitivamente, o alinhamento da Guerra Fria. Nesse novo momento, o lado que detivesse mais recursos financeiros teria acesso aos melhores armamentos e aos melhores profissionais. O MPLA se beneficiava do petróleo e tinha vantagem num tipo de guerra cada vez mais tecnológico e mais caro. (SINGER, 2008: pp. 109-110)

A paz de Lusaka decidia pelo desarmamento da UNITA e incorporação de seus quadros no governo. O resultado seria o Governo de Reconciliação Nacional. A UNITA não se desarmou, e retomou a guerra pouco tempo depois, embora muitos de seus membros tenham se juntado ao governo. Jonas Savimbi, a cabeça do movimento, continuaria sua guerra mesmo assim. A relação entre o reinício do conflito e a retirada da Executive Outcomes demonstra, mais uma vez, a importância da empresa. Savimbi possuía, ao final de 1996, quase 2 bilhões de dólares provenientes da venda de diamantes, e comprou aproximadamente 45 milhões de toneladas de armas enviadas da Bulgária por via aérea. Os dois lados se preparavam para retomar as hostilidades, e mais uma vez, em 1998, Angola voltou a uma guerra aberta entre os dois lados. (BIRMINGHAM, 2002: p.180)

Nessa época quase 20 mil soldados angolanos permaneciam estacionados na província de Cabinda, um enclave entre o Congo e o Zaire, onde está uma boa parte do petróleo angolano. Movimentos guerrilheiros de libertação de Cabinda eram patrocinados pelo Congo e pelo Zaire, que cresciam os olhos aos rendimentos dos poços de petróleo da região. Em 1997, um dos mais antigos adversários do MPLA, o regime de Mobutu, foi derrubado por um golpe no Zaire, e a UNITA

perdeu um de seus apoios mais antigos. Pouco tempo depois o Congo também entrou em guerra civil com participação ativa de mercenários do leste europeu. O golpe atrasou algum tempo os esforços da UNITA, mas permitiu que contasse com combatentes das antigas forças de Mobutu, de combatentes genocidas de Ruanda, de combatentes do Congo e de mercenários sérvios. Além disso, novos oficiais da UNITA foram treinados no Marrocos, para substituir os que haviam se juntado ao governo na paz de 1994. O MPLA também não ficou parado, e contava com uma nova força aérea equipada com aviões brasileiros, e forças de contra-insurgência treinadas na Espanha. (BIRMINGHAM, 2002: pp.180-181) A nova guerra se tornou ainda mais internacionalizada do que o conflito na Guerra Fria, mas sem os alinhamentos que prendiam cada lado necessariamente a alianças. O cenário era agora muito mais complexo, com a sobreposição de apoios oficiais e forças privadas, que lutavam baseadas na lógica mais flexível do lucro.

A guerra que recomeçou em 1998 foi um dos períodos mais sangrentos do persistente conflito em Angola. Savimbi conseguiu, durante algum tempo, manter uma superioridade em relação ao governo, e mudou sua estratégia. Agora a UNITA passou a se utilizar de cercos às cidades protegidas pelo governo, evitando que fossem abastecidas. A estratégia de pouco adiantava para enfraquecer o MPLA. A principal atividade econômica, não dependia da força de trabalho do povo angolano, e quase nenhuma pressão internacional foi feita, já que falavam mais alto os interesses relativos à exploração de petróleo, que crescia cada vez mais. A UNITA passou a ter problemas de abastecimento, quando a maré da guerra começou, novamente, a virar para o lado do MPLA. Os rendimentos do petróleo, dez vezes maiores que os dos diamantes, começaram a falar mais alto. A UNITA comprava combustível de seus adversários do governo, fato que demonstra, mais um vez, a proximidade das elites de cada um dos dois campos, e a relação complexa que se estabeleceu durante anos de “nem paz, nem guerra”. (BIRMINGHAM, 2002: p.183)

#### *Anos 2000, paz e segurança privada*

A guerra civil terminou oficialmente em 2002, quando o exército Angolano conseguiu matar Jonas Savimbi, o incansável líder da UNITA. Os antigos combatentes da UNITA, e principalmente os oficiais, foram amplamente incorporados à rede de poder construída pelo MPLA, sem no entanto, ocupar qualquer cargo de suma importância. Desde então, a economia de Angola é uma das que mais cresce no mundo, tendo crescido 18% em 2005, 26% em 2006 e 17.6% em 2007. A expectativa era, até a crise, que a economia continuasse crescendo a taxas maiores do que 10% pelo resto da década. O petróleo representa 80% dos rendimentos estatais e 90% das receitas de exportação. Mesmo essa vultuosa produção gera apenas 11 mil empregos. (SOGGE, 2006: p.2) A desigualdade do país cresce acompanhando sua economia. Em 2001, 10% da população retinham 42% da renda nacional. Grande parte dos indicadores de desenvolvimento humano de Angola são baixos mesmo em relação a outros países da África subsaariana. A situação que Angola se encontrava em sua independência, em 1975, era semelhante ou pior do que a de hoje, com uma pequena elite dominando quase que completamente a produção nacional.

Angola passa, mesmo atualmente com o fim da guerra, por conflitos com grupos rebeldes que lutam por controle e independência de regiões, como no caso da região de Cabinda, representante de grande parte da produção petrolífera do país. Também existem relatos da ação de “grupos de segurança informais” e forças paramilitares em atuação paralela à da polícia do país. As milícias urbanas são toleradas e mesmo apoiadas pelo governo, e estão intimamente ligadas à rede de poder construída pelo MPLA. (SOGGE, 2006: p.13) É relatada no país a atividade registrada de aproximadamente 4 mil empresas de segurança privada no território angolano. Podemos contar ainda a atuação de empresas de segurança internacionais que trabalham para multinacionais e para organizações não governamentais, que não estão contabilizadas nesse número.

Os ex-combatentes da UNITA foram incorporados ao sistema desenvolvido pelo partido e a minoria no congresso, longe de conseguir fazer oposição, não incluída no sistema clientelista do MPLA, pouco poder tinha, relegada a cargos menores. Aproximadamente 5 mil ex-combatentes da UNITA foram integrados às FAA, enquanto que perto de 105 mil soldados da UNITA e 33 mil

soldados do governo foram desmobilizados. (SOGGE, 2007) Com o fim da guerra, a última grande função do Estado, a segurança de Angola, poderia também ser transferida para a “iniciativa privada”, e beneficiar membros da rede de favores do MPLA. Antigos oficiais, desempregados depois do final da guerra, formaram empresas de segurança empregando seus antigos soldados. A segurança provida pelo Estado, altamente ineficaz, é complementada pela segurança provida pelas empresas privadas. As atividades econômicas, que precisam de paz e segurança para se desenvolver, necessariamente contratam empresas para desenvolver seus negócios no país. O processo pelo qual o mundo passou com o final da Guerra Fria, de diminuição de suas forças armadas, só ocorreu em Angola dez anos depois. A diferença foi que Angola conseguiu absorver parte seu excedente com as atividades de empresas que operam no próprio país.

Essa solução beneficiou, ao mesmo tempo, diversos antigos chefes das forças armadas, que ingressaram numa atividade altamente lucrativa, e o Estado, que pode manter a baixa efetividade de seus serviços com o continuado acesso aos vultuosos royalties do petróleo. O povo angolano, que não participa nem da indústria do petróleo, nem das novas atividades de construção em andamento no país, todas conduzidas por mão de obra estrangeira, não se beneficia, também, da segurança privada provida pelas empresas. A segurança fornecida pelo Estado, amplamente ineficaz, faz com que o povo angolano viva numa atmosfera de insegurança. As empresas estrangeiras, em compensação, que detém os meios para contratar segurança para conduzir suas atividades, constroem “bolhas” de segurança, apenas suficientes para garantir que seus empregados e seus ambientes de trabalho estejam seguros. O petróleo, produzido principalmente offshore, sempre esteve, e continua estando, além do alcance de ameaças. (SOGGE, 2009a)

Qualquer tentativa de oposição ao regime está amplamente prejudicada. A vida social em Angola está, em diversos níveis, perpassada pela influência de indivíduos ligados ao MPLA. Para o desenvolvimento de qualquer atividade é necessário algum nível de envolvimento. Os atores mais independentes que tentam levantar a voz contra sistema opressor ainda podem se deparar com a atuação de milícias urbanas que fazem, por muitas vezes, o papel de polícia ideológica. Para o Estado, que tolera a atuação desses grupos, é fácil negar o envolvimento e alegar que a violência urbana é um problema de segurança pública.

O próprio governo angolano assume que não tem capacidade de suprir as demandas de segurança, principalmente das instalações privadas. Em diversas situações o próprio governo recorre às empresas para complementar sua capacidade de segurança. Na visita do Papa Bento XVI ao país, esse foi o caso, por exemplo. As empresas que protegem as instalações privadas, principalmente nas regiões distantes, como na mineração de diamantes, tem constantemente sido alvo de acusações de violação de direitos humanos, incluindo a tortura dos trabalhadores. Ao que tudo indica, o fim da guerra e a substituição das tropas da UNITA de Savimbi por empresas de segurança privada não mudaram a forma de vida dos trabalhadores daquela região.

A privatização da segurança, seja oficialmente, através de empresas privadas, seja através dos grupos de violência organizada que funcionam em Angola, permitiu, ao mesmo tempo, que empresas multinacionais pudessem explorar os recursos de Angola sem depender de um Estado que garantisse as condições mínimas para a execução de atividades econômicas, e deu ao governo a chance de se beneficiar dos royalties da exploração de suas riquezas sem ter que se organizar e expandir os gastos para possibilitar a atividade econômica. Os recursos de Angola são lucrativos o bastante para que as empresas gastem com segurança paguem royalties e ainda invistam em projetos sociais que mantêm sua popularidade no país. A forma como se construiu o quadro contemporâneo de Angola ajuda a perpetuar a insegurança sob a qual vive a maioria de seu povo. A situação que foi se desenhando por quase 30 anos de conflito e de domínio do MPLA conduziu a um cenário em que o Estado colhe todos os benefícios de um território rico em recursos, e tem que devolver muito pouco em serviços em contrapartida. Essa situação, somada a corrupção sistêmica construída pelo MPLA através de suas redes de influência clientelista, criaram um quadro complexo e perverso. Toda essa situação permite que Angola mantenha um baixíssimo nível de desenvolvimento social e grande desenvolvimento econômico, que beneficia apenas poucos indivíduos. A fragilidade planejada do Estado talvez seja o resultado mais sofisticado obtido pelas elites no poder, que

encontraram uma maneira de se beneficiar das riquezas do país, mantendo um domínio estável, sem grandes ameaças, tanto vindas de fora quanto de dentro do país. A recente aproximação com a China, um Estado que não apresenta compromisso nenhum com a democracia, ajuda ainda mais a garantir que os grupos que estão no poder perpetuem o modelo construído durante quase 30 anos de guerra. (SOGGE, 2009b)

## CONCLUSÃO

A violência em Angola foi uma constante por toda a sua história. A fragilidade do Estado também. Nos dois casos, como pudemos observar, as situações beneficiaram os grupos no poder. A manutenção das elites do MPLA como partido único foi construída através da superação dos diversos desafios que se impuseram ao regime. A violência armada ajudou o Estado a se legitimar, e a revolta contra o Estado, que seria opção, já estava, de certa forma, institucionalizada através da UNITA. O MPLA foi hábil ao conseguir manter a resistência contra seu domínio não apenas como uma ameaça, mas como um instrumento para sua própria estabilidade. A comunidade internacional, principalmente influenciada pelo interesse na exploração de petróleo em Angola, não apenas deixou de se opor a situação em que se encontra o país, como percebeu a oportunidade que um Estado fragilizado criava para a penetração de seus interesses.

Angola passou, durante sua história, por diversos períodos que demonstram configurações diferentes de um quadro interno semelhante, que é a fragilidade do Estado. Retomando o que foi visto na primeira parte do artigo, podemos perceber que a maioria dos cenários “teóricos” traçados, respondem, em alguma medida, a um período particular na história de Angola independente.

Logo após sua independência, Angola era um território sem um Estado efetivo, tanto porque convivia com uma guerra civil que dividia seu território em diversas zonas dominadas por grupos distintos, mas também porque o grupo que dominava o Estado, não o controlava de fato. Essa é uma perspectiva pouco explorada, mas muito importante para que entendamos a situação de Angola durante os anos 70 e 80. O lado do MPLA, embora ocupasse a capital e o aparelho estatal deixado pelos colonizadores portugueses, não era tão diferente do outro lado da guerra, da UNITA. A guerra era menos entre um Estado e um grupo guerrilheiro que o desafiava do que entre dois grupos, que não reuniam recursos para monopolizar a segurança no território, disputando entre si. A fragilidade do Estado angolano se deu tanto pelo desafio da guerra civil, quanto pela incapacidade do partido de efetuar as funções que se esperaria do Estado. Isso não significou, no entanto, que o MPLA não conseguisse, de fato, criar uma rede de poder que desse um certo sentido de coesão à sociedade que representava. A rede clientelista criada pelo partido aparelhou o Estado para que esse beneficiasse e funcionasse de acordo com os próprios desígnios do partido. Não era possível desenvolver qualquer atividade em Angola que não passasse por alguma autoridade ligada ao partido. O que entendemos por corrupção faz menos sentido ao pensarmos no caso de Angola. Não é o Estado, mas sim as pessoas que ocuparam esses cargos, apoiadas por alguma figura mais poderosa, que distribuem os benefícios que seriam função do Estado. De acordo com a idéia de Messiant (2008), o MPLA tornou a corrupção, durante os anos 80, um dado sistêmico na sociedade angolana.

O esvaziamento do Estado se tornou mais sofisticado com o movimento “liberal” que ocorreu durante a segunda metade dos anos 1980 e o começo dos anos 1990. A forma como funcionava a rede de influência do partido pouco mudou, mas as empresas e diversos serviços que eram obrigação do Estado, passaram para as mãos de indivíduos e grupos, através de privatizações. Diversos dos bens do antigo Estado socialista, como habitações e terrenos passaram, também, para as mãos de indivíduos favorecidos. A partir daí, de fato não havia mais corrupção nos serviços do Estado, pois esses não eram mais sua atribuição. O Estado continuava nas mãos do partido único, e os serviços e empresas que antes eram do Estado, estavam agora legalmente, nas mãos dos favorecidos pelo partido. O Estado continuou se fragilizando e o partido, na verdade uma grande rede de influência, continuou se fortalecendo. A adesão ao FMI, e aos planos de diminuição do

Estado no início dos anos 1990 só tornou legítimo o processo que havia sido iniciado alguns anos antes. (SOGGE, 2007)

Nos anos 90, com o final da Guerra Fria, a primeira tentativa, sem o apoio das potências para a guerra, foi a de tentar transformar a competição política em democracia. Quando os angolanos puderam escolher, através do voto, quem preferiam como governantes, optaram pelo MPLA. Os angolanos optaram pelo mal que já conheciam, ao invés de se arriscar com um mal desconhecido. (SOGGE, 2007) Quando Savimbi percebeu que entrar num sistema já amplamente dominado pela rede de influência do MPLA, significaria perder todo o poder, optou por retornar à guerra e manter o poder que já tinha, e principalmente o acesso aos recursos que já dominava. Nesse momento Savimbi demonstrava que seus interesses não eram tão altruístas como alegava ser quando buscava o apoio do Ocidente. A UNITA voltou à guerra, garantida pelo acesso à fácil exploração de diamantes, e ao generoso excesso de armas e tecnologia militar proveniente da Guerra Fria. Num primeiro momento, a UNITA realmente tentou a vitória, atacando as cidades de maneira sangrenta. Vencer o MPLA significaria também o acesso aos vultuosos royalties do petróleo. O governo do MPLA tinha, no entanto, o acesso a esses mesmos royalties, uma fonte de renda muito mais importante do que os diamantes da UNITA. O primeiro impulso de conquista da UNITA após as eleições foi freado pelo governo, com o apoio da Executive Outcomes. Essa nova fase do conflito era internacionalizada em novos termos, e quem tivesse dinheiro para adquirir os recursos militares liberados com o final da Guerra Fria obteria vantagem. A privatização da guerra nesse período merece destaque especial, com a atuação de “empresas militares privadas”.

O momento que se seguiu foi uma situação de “nem paz, nem guerra”, conforme proposto por Raeymaekers (2008), e discutido na primeira parte do texto. Uma acomodação dos dois lados, se beneficiando da situação irregular, em um país dividido. Ambos os lados haviam aprendido a viver em situação de guerra, que era cômoda por uma série de fatores. A UNITA de Savimbi manteve o controle sobre uma vasta região de Angola e o acesso aos diamantes. O MPLA podia continuar justificando a miséria e a falta de compromisso do Estado pela situação de guerra civil, se apropriando de grande parte das riquezas de Angola. A guerra era, para ambos os lados, uma opção menos onerosa do que a perseguição da competição política democrática. As elites de ambos os campos, que tinham ligações, se beneficiavam mutuamente da economia ilegal que necessitava de uma complexa rede de relações. O comércio ilegal entre os dois lados ocorria indiscriminadamente, para mutuo benefício.

Já ao final dos anos 90 e começo dos anos 2000, a superioridade do MPLA, beneficiado pelos rendimentos da exploração do petróleo, finalmente permitia que obtivesse controle sobre todo o território angolano. Vencer a guerra significaria não ter de fazer concessões à UNITA num possível processo de negociação. Significaria também a reconquista das minas de diamantes que durante anos patrocinaram a guerra pelo lado de Savimbi. Com o fim da guerra, em 2002, a situação estava desenhada para que o MPLA reduzisse a última função essencial do Estado, a segurança. A partir daí, sem reais desafios internos ou externos, as elites dominantes poderiam se beneficiar livremente dos incríveis lucros provindos da exploração de petróleo e diamantes. O governo favorece serviços prestados por empresas controladas por membros do partido, inclusive empresas de segurança. O povo angolano sofre com uma falta generalizada de bens públicos, sendo o mais importante deles a segurança. Enquanto isso instalações de multinacionais e de empresas controladas pela elite do país são vigiadas por empresas de segurança. A segurança se tornou mais um bem distribuído desigualmente em Angola.

Depois de quase 30 anos de conflito armado, a situação do povo angolano pouco melhorou. A situação de miséria e insegurança pela qual passavam durante os anos da guerra, embora tenha melhorado, continua parte de suas vidas. O governo, sem sofrer pressões internas ou externas, continua mantendo baixa a efetividade do Estado angolano e perpetuando a situação calamitosa. Empresas multinacionais interessadas na exploração dos recursos angolanos, lançam mão da utilização de empresas de segurança privadas como forma de garantir a segurança de suas atividades em um ambiente inseguro. As elites que controlam o Estado angolano podem, dessa forma, se beneficiar da lucratividade dessas operações sem ter que arcar com as desvantagens de

construir um ambiente seguro para isso. As atividades econômicas em Angola dependem muito pouco da mão de obra local, que acabou se tornando um item supérfluo para as elites no poder, que não precisam nem de seu trabalho, nem de seu apoio popular.

## **BIBLIOGRAFIA**

Africa Today/CB. *Quatro mil empresas de segurança obrigadas a entregar armas de guerra*. Lusa, 15 de julho de 2008

Angop/Angola Press. *Primeiro-ministro orienta reunião da Comissão Nacional de Desarmamento da População em Posse Ilegal de Armas*. 12 de novembro de 2009

BIRMINGHAM, David. "Angola". In: CHABAL, Patrick. *A History of Postcolonial Lusophone África*. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Unb, 2005.

CHABAL, Patrick. "Las políticas de violencia y conflicto en el África contemporánea" *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Núm. 6, Abril de 2007.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUFFIELD, Mark. "Continuar matando: Gobernación global, humanitarismo y terror" *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Núm. 3, Outubro de 2005.

\_\_\_\_\_. "Los estados frágiles y el retorno de la administración nativa" *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Núm. 8, Março 2008.

HODGES, Tony. *Angola: Anatomy of an Oil State*. 2.Ed. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

HOLMQVIST, Caroline. "Private Security Companies: The case for Regulation" SIPRI Policy Paper, Núm. 9, 2005.

ISEMBERG, David. "Dogs of War: WPPS World" *Middle East Times*, 19 de Setembro de 2008. Disponível em: [http://www.metimes.com/Security/2008/09/19/dogs\\_of\\_war\\_wpps\\_world/51b1/](http://www.metimes.com/Security/2008/09/19/dogs_of_war_wpps_world/51b1/)

INDEX MUNDI: <http://www.indexmundi.com/>

KEEN, David. "Sistemas de guerra: local y global" *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Núm. 6, Abril de 2007 .

LEADER, Nicholas e COLENZO, Peter. "Aid Instruments in Fragile States." *PRDE Working Paper* 5 – Março de 2005.

MESSIANT, Christine. "The Mutation of Hegemonic Domination". In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno. *Angola: The Weight of History*. New York: Columbia University Press, 2008.

MINTER, William. *Os Contrás do Apartheid: As Raízes da Guerra em Angola e Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

MÜNKLER, Herfried. *Viejas e Nuevas Guerras: Asimetría y privatización de la violencia*. Madrid: Siglo XXI, 2005.

RAEYMAEKERS, Timothy. “¿Colapso u Orden? Cuestionando el colapso del estado em África” *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Núm. 8, Março de 2008.

SCAHILL, Jeremy. *Blackwater: A ascensão do exército mercenário mais poderoso o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SINGER, P. W. *Corporate Warriors: The rise of the Privatized Military Industry*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

SOGGE, David. “Angola: e onde está a “boa governação” do mundo?” *Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE)*, Relatório 23, Junho de 2006.

\_\_\_\_\_. “Angola: Empowerment of the few” *Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE)*, Development “In Perspective” Case Studies, Maio de 2007.

\_\_\_\_\_. “Angola: ‘Estado fracassado’ Bem-sucedido” *Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE)*, Relatório 81, Abril de 2009a.

\_\_\_\_\_. “Repairing the weakest links: a new agenda for fragile states”. *Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE)*, Project Report: Fragile States, Outubro de 2009b.

TILLY, Charles. “Guerra y construcción del estado como crimen organizado” *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Núm. 5, Novembro de 2006.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.